



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL			
EVENTO: Seminário	REUNIÃO Nº: 0706/13	DATA: 06/06/2013	
LOCAL: Plenário 02 das Comissões	INÍCIO: 10h05min	TÉRMINO: 12h15min	PÁGINAS: 43

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

NEY MARANHÃO - Secretário de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente.
SÉRGIO SAMPAIO CONTREIRAS DE ALMEIDA - Diretor-Geral da Câmara dos Deputados.
THIAGO HECTOR KANASHIRO UEHARA - Analista Ambiental do Departamento de Produção e Consumo Sustentáveis do Ministério do Meio Ambiente.
DALBERTO ADULIS - Gerente de Conteúdos e Metodologias do Instituto Akatu.
JORGE ABRAHÃO - Presidente do Instituto Ethos.

SUMÁRIO

Seminário *Desafios para a Implementação da Lei dos Resíduos Sólidos.*

OBSERVAÇÕES

Há orador não identificado em breve intervenção.
Houve exibição de imagens.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Penna) - Bom dia, amigos.

É difícil justificar atraso, porém tivemos uma overdose de trabalho ontem, devido ao Dia do Meio Ambiente, e eu, o Deputado Arnaldo Jordy e outros Deputados desta Casa, entre eles o Deputado Sarney Filho, tivemos uma pauta muito extensa. Pedimos perdão, mas explicando as razões humanitárias desse pequeno atraso. *(Risos.)*

Seminário *Desafios para a Implementação da Lei de Resíduos Sólidos*. O requerimento para a realização deste seminário é de minha autoria.

Antes de iniciarmos os trabalhos, gostaríamos de comunicar que somente será conferido o certificado de participação aos inscritos que assinarem a lista de presença na manhã e tarde de hoje, inclusive aqueles que se inscreveram pela Internet. A referida lista está à disposição na entrada do plenário.

Comunico a todos que este evento é transmitido ao vivo pela Internet e está sendo gravado pela *TV Câmara* para ser exibido posteriormente na programação da referida emissora.

Tenho a honra de convidar para a Mesa o Deputado Arnaldo Jordy, que já está aqui comigo, Vice-Presidente da Comissão do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; o Sr. Ney Maranhão, Secretário de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente, representando a Ministra Izabella Teixeira — é um prazer muito grande; o Sr. Sérgio Sampaio Contreiras de Almeida, Diretor-Geral da Câmara dos Deputados — temo-nos encontrado muito. *(Risos.)* É um grande prazer.

Na quinta-feira, 6 de junho, durante a Semana do Meio Ambiente, a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados vai discutir os desafios para a implementação da Lei dos Resíduos Sólidos. O seminário é preparatório para a 4ª Conferência Nacional do Meio Ambiente, organizada pelo Ministério do Meio Ambiente, e que, em sua quarta edição, assumiu a tarefa de contribuir para a implementação da Lei nº 12.305, de 2010, que disciplina a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Na verdade, esses encontros nacionais precisam ter um encaminhamento de conteúdo para subsidiar esse seminário.



Então, hoje será uma conversa muito aberta. Nós não temos a pretensão de resolver os graves problemas da implementação dessa lei, porque vivemos um momento muito difícil no Brasil. As seguidas perdas de recursos dos Municípios, através do Fundo de Participação, têm deixado as Prefeituras depauperadas, e nós também precisamos ter um instrumento de pressão para que os Governos Estaduais e Federais possam suplementar as ações necessárias para que essa lei se efetive.

É um momento muito importante para a gente redirecionar o desenvolvimento do País também. Nós não podemos tratar uma questão tão séria do meio ambiente de maneira auxiliar, subalterna. Na nossa compreensão as questões ambientais deveriam estar no centro das decisões econômicas e políticas do País.

Imediatamente, após estas palavras, eu quero passar a condução dos trabalhos para o nosso companheiro, Vice-Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Deputado Arnaldo Jordy.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Muito bom dia a todos, Presidente da Comissão, Deputado Penna, Dr. Ney Maranhão, que desde ontem está aqui nesta Casa, dividindo os seus conhecimentos e as suas informações sobre questões relativas, ontem, sobre recursos hídricos, e, hoje, resíduos sólidos, aqui na Comissão de Meio Ambiente e, ontem, lá na Comissão da Amazônia, quando debatemos os desafios de otimizar os recursos hídricos e as bacias dos Comitês de Bacias Hidrográficas do Brasil, amigo, Dr. Sérgio Sampaio, Diretor da Câmara dos Deputados.

Quero cumprimentar todos os Deputados e Deputadas aqui presentes, nossos convidados.

Vamos dar início aos nossos trabalhos neste seminário que discute os Desafios para a Implementação da Lei dos Resíduos Sólidos, que é, sem dúvida alguma, uma conquista importante não só do Movimento Ambientalista, mas, eu diria, da sociedade brasileira como um instrumento de gestão pública, inovador, desafiador e que infelizmente não se desenvolve com a velocidade, com a agilidade, com a contundência que todos nós gostaríamos.

Este seminário que acontece na Semana do Meio Ambiente é exatamente no sentido de tentar amplificar a sensibilidade dos gestores e da opinião pública a fim de implementar efetivamente a Lei de Resíduos Sólidos em nosso País.



Então, sem maiores delongas, passo a palavra para suas considerações ao Dr. Ney Maranhão.

O SR. DEPUTADO PENNA - Sr. Presidente, permita-me uma interrupção rápida, porque fui deselegante aqui e eu não suporto isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Pois não.

O SR. DEPUTADO PENNA - Quero anunciar a presença do querido Deputado Jesus Rodrigues, do Piauí, e do Deputado Arnaldo Jardim, de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Muito bem.

Passo, então, a palavra ao Dr. Ney Maranhão, Secretário de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente, que representa nesta reunião de audiência pública a Ministra Izabella Teixeira.

O SR. NEY MARANHÃO - Muito obrigado, Deputado Arnaldo, Deputado Penna, Sr. Diretor da Câmara dos Deputados, demais Deputados presentes, meus amigos, minhas amigas.

Primeiro, eu gostaria de saudar todos, dar-lhes bom dia e dizer da nossa satisfação em nos reunirmos aqui, nesta Casa, responsável pela edição desta Lei de Resíduos Sólidos, que marca profundamente uma virada no nosso cenário ambiental brasileiro.

É sempre bom recordar que nós estamos vivendo um mundo novo, onde transformações muito grandes acontecem no plano internacional, no plano nacional; onde soluções existentes já começam a não nos satisfazer; e onde não conseguimos construir o quadro em que vamos viver nos próximos anos de maneira abrangente e completa. Ainda atravessamos muitas dúvidas, e precisamos debater bastante, avaliar bem as consequências e dar velocidade àquilo que entendermos ser prioritário.

Gostaria de saudar, particularmente, o Deputado Arnaldo Jardim, que deu uma contribuição muito significativa a todo este processo; o Deputado Jesus, que esteve conosco recentemente discutindo algumas nuances das consequências dessa lei, e dizer da importância que a Ministra Izabella Teixeira atribui às ações de implementação dessa lei. Isso se encaixa, no nosso ponto de vista, exatamente neste roteiro que foi estabelecido para o seminário.



Esta lei tem profunda consequência para as nossas economias e para a nossa maneira de viver, impacta todo o nosso desenvolvimento econômico, redireciona-o e coloca balizas para que isso aconteça, de tal sorte que nós precisamos repensar a nossa produção e o nosso consumo em bases sustentáveis. Quer dizer, não se trata exclusivamente de encontrar mecanismos de destinação final de resíduos sólidos, mas também de repensar uma produção mais sustentável e, de outro lado, um consumo sustentável, de tal sorte que o consumidor possa escolher o que consumir e, com isso, contribuir significativamente para um meio ambiente mais saudável, mais regrado no consumo de matérias-primas e na disposição final dos resíduos.

Eu entendo até que essa questão da produção e do consumo sustentável tem sido colocada por nossa Ministra como de grande importância, talvez seja um dos grandes eixos do Ministério do Meio Ambiente nos próximos anos. O objetivo é trabalhar junto aos empresários, junto aos setores econômicos, de um lado, e junto à sociedade como um todo, de outro, para fazermos esse casamento e esse equilíbrio entre produção e consumo.

Por outro lado, a questão dos resíduos sólidos transcende a mera destinação final de um resíduo. Ela tem impactos na nossa atmosfera, na emissão de gases, na saúde pública, na qualidade das águas. Portanto, é uma coisa que transcende seus limites próprios e chega a atingir outras questões de grande importância.

Ao destinar adequadamente os resíduos sólidos, ao diminuir a quantidade de resíduos, nós estaremos evitando que detritos e resíduos cheguem às nossas águas. Estaremos limitando a emissão de gases de naturezas variadas que contribuem inclusive para o aquecimento global.

Vivemos inclusive num tempo em que as próprias mudanças climáticas precisam ser enxergadas nas consequências da produção de resíduos. Ou seja, tudo está entrelaçado, tudo está necessitando de uma avaliação e um reposicionamento sustentável da nossa parte.

No mundo inteiro, isso vem repercutindo. Países como a Alemanha e a Inglaterra têm tomado providências quanto aos seus resíduos e têm tomado providências quanto ao seu desenvolvimento.



Além disso, repensar resíduos é também repensar a geração de emprego, a geração de trabalho, porque geram-se novas oportunidades para empresários, geram-se novos postos de trabalho e também pode-se trabalhar uma classe da nossa sociedade, um grupo de pessoas da nossa sociedade que está entre os excluídos dos excluídos: os catadores. Nós temos uma programação, dentro da própria lei, que estabelece a participação dos catadores nesse processo. Esse é um processo também de inclusão social. Não que ele resolva todos os problemas, mas é parte de um conjunto de soluções mais amplas e não pode ser esquecido.

Ontem mesmo o nosso colega lá da Secretaria, Dr. Ronaldo Hipólito, que vai estar aqui hoje no seminário, esteve numa reunião na Presidência República para discutir exatamente o movimento e a participação dos catadores, de maneira responsável, dentro desse contexto.

É um trabalho que vai envolver desde o seu cadastramento, a sua organização em cooperativas, até o processo educacional pelo qual eles têm que passar. E não apenas de educação básica, de alfabetização, mas também de técnicas que eles poderão usar, mais desenvolvidas, e se inserir, então, em bases tecnológicas adequadas na economia dos resíduos sólidos.

Por último, não se pode deixar de dizer que essa nossa reunião aqui tem uma profunda consequência pedagógica, uma profunda consequência na educação da sociedade. Todas essas informações que nós vamos discutir, todos os consensos que nós estabelecermos aqui deverão chegar à população brasileira, nos diferentes formatos, seja através dos participantes aqui, seja através dos meios de comunicação da Câmara dos Deputados, para que se possa ampliar esse debate e mudar as mentalidades, as culturas, os hábitos da sociedade, no sentido de fazê-la participar, porque sem a sua contribuição, sem a sua participação efetiva, o nosso sucesso não será grande, porque nós não estaríamos mudando o coração e as mentes das pessoas.

Portanto, eu entendo, até vindo pela ordem contrária, que a nossa última reunião talvez seja a mais importante, aquela mais duradoura, aquela que trará as consequências que nós buscamos. E ela vai alimentando, então, de trás para frente, a geração de emprego e renda, até chegarmos à nossa produção e consumo sustentável.



Volto a dizer que a nossa Ministra tem o maior apreço pela nossa Câmara dos Deputados e por tudo que tem havido de diálogo. Nós temos uma parceria inclusive para a realização da nossa conferência virtual. Essa é uma construção muito importante.

O Ministério do Meio Ambiente, hoje, dialoga com empresários, dialoga com a sociedade, tem departamentos destinados a essa auscultação e a esse diálogo. E tem também o compromisso muito firme de implementar essa Política Nacional de Resíduos Sólidos, que não é só dele, é de outros Ministérios também, mas tem na sua vertente ambiental um dos componentes mais importantes, do qual o Ministério não se afasta nem um milímetro.

Eu queria agradecer o convite destinado à nossa Ministra. Agradeço a honra de estar aqui representando e convivendo com os senhores esse tempo precioso para todos nós, a expectativa de que este seminário seja muito produtivo e traga para todos nós novas ideias, novas concepções, novas compreensões dessa questão tão complexa, tão diferenciada como a questão da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Muito obrigado, Dr. Ney Maranhão, que representa aqui a Ministra Izabella Teixeira.

Eu passo a palavra agora ao Dr. Sérgio Sampaio.

O SR. SÉRGIO SAMPAIO CONTREIRAS DE ALMEIDA - Bom dia.

Agradeço, em primeiro lugar, ao Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Deputado Penna, e ao Vice-Presidente, Deputado Arnaldo Jordy.

Gostaria de saudar o Sr. Ney Maranhão, Secretário de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente.

Deputado Arnaldo Jardim; demais Deputados, senhoras e senhores que participam deste importante seminário, muito bom dia.

Primeiro, gostaria de louvar a Comissão pela discussão de tão importante tema, tão apropriado na Semana do Meio Ambiente, que certamente produzirá resultados significativos com vistas à implementação de uma lei tão importante como a Lei dos Resíduos Sólidos.



Gostaria de dizer que já nos encontramos, Presidente Penna, ao longo desta semana, quando apresentávamos aqui o Programa de Gestão Ambiental da Câmara dos Deputados, que comemora 10 anos nesta ocasião, dizendo o que muito já foi feito.

O Dr. Ney Maranhão, que me antecedeu aqui, falou sobre a questão dos catadores, de como estabelecer uma política de trabalho, um processo educacional para essas pessoas. E a Câmara dos Deputados se ocupou disso há muitos anos. Nós tínhamos aqui em volta alguns acampamentos, por que não dizer, até algumas favelas que viviam da coleta do lixo que eventualmente se descartava próximo à Câmara dos Deputados. Por intermédio desse programa EcoCâmara, fizemos uma parceria e fizemos com que essas pessoas se organizassem numa cooperativa. E hoje, apesar da imensa redução de descarte de papel na Câmara dos Deputados — cada vez mais temos usado menos papel; essa é uma política a ser perseguida —, aquilo que ainda descartamos nós entregamos a essas pessoas. Fizemos um trabalho educacional para que elas pudessem aproveitar melhor esse material. Isso se reverteu, sem dúvida nenhuma, em melhores condições de vida para aquela comunidade que já não mais mora aqui em favelas e hoje tem condições dignas de vida.

Daí a gente pode falar do muito que foi feito. Esse é apenas um dos projetos. Eu acho que a Câmara dos Deputados tem um papel didático, tem o papel de ser um paradigma na administração pública em relação à gestão de resíduos sólidos.

Eu queria parabenizar o EcoCâmara. Está aqui a Juliana, servidora nossa que representa esse grande movimento tão vitorioso na Casa.

Queria falar rapidamente a respeito de uma ferramenta que a Câmara dos Deputados desenvolveu, o e-Democracia, que irá auxiliar na realização da Conferência Virtual que antecede a Conferência Nacional do Meio Ambiente e que viabiliza a participação da sociedade nos trabalhos da Câmara dos Deputados. É uma ferramenta virtual que congrega várias pessoas irmanadas em torno de um determinado tema.

Por exemplo, na elaboração de uma lei, o Deputado pode abrir o debate àquelas pessoas que queiram participar, por meio dessa ferramenta que permite que as pessoas construam juntas um texto legal, façam sugestões, alterações, criem



fóruns de discussão, debates. Há uma biblioteca virtual para cada um colocar a sua contribuição, textos, artigos que tenham publicado. Então, é algo extremamente útil ao processo legislativo. E é uma ferramenta também de suporte para realização de audiências públicas e será utilizada nessa Conferência Virtual que antecederá a Conferência Nacional do Meio Ambiente. Ela dá suporte também à participação de internautas durante o debate, interferindo, encaminhando perguntas, fazendo comentários, portanto guiando e orientando essas audiências.

Por último, queria falar de um desafio da Câmara que tem muito a ver com o que se discute aqui hoje. Nós estamos tentando implementar um trabalho de avaliação permanente do impacto de algumas leis emanadas aqui do Poder Legislativo. Alguns países já adotam isso, que é um instrumento de legística, de aperfeiçoamento da qualidade das leis — não é simplesmente entregar uma lei à sociedade, mas entender e medir como ela tem sido efetiva na sociedade.

Existem inúmeros mecanismos para isso, interação com órgãos obviamente do Poder Executivo, para nós obtermos dados, fazermos uma avaliação e, eventualmente, isso nos orientar e guiar para constantes mudanças, aperfeiçoamentos da legislação, ou para o reconhecimento de que aquela lei produziu plenamente os seus objetivos.

É um trabalho que estamos desenvolvendo junto com a Consultoria Legislativa. Talvez não seja possível fazer esse trabalho em relação a todas as leis, por causa da quantidade de leis que a gente aprova no Parlamento, às vezes são centenas por ano, mas estamos verificando a maneira de decidir quais seriam as legislações eleitas para sofrerem esse acompanhamento, normalmente aquelas legislações de maior impacto, de maior importância para a sociedade brasileira.

(Não identificado) - Podia ser a Lei de Resíduos Sólidos.

O SR. SÉRGIO SAMPAIO CONTREIRAS DE ALMEIDA - Pode ser. Nós estamos justamente buscando agora alguns casos para implementarmos o modelo, e sabermos se ele realmente funciona. Nós vamos fazer um piloto. Então, vou conversar com a Consultoria Legislativa. Talvez possa justamente ser o caso dessa legislação. Isso vem bem a calhar, e o momento é muito oportuno. Então, eu me coloco à disposição para fazermos esse casamento.



Eu queria anunciar essas contribuições da Câmara dos Deputados e dizer que estamos sempre abertos a sugestões de V.Exas. A nossa missão é esta: tentar criar instrumentos e mecanismos para que o trabalho de V.Exas. possa acontecer com a maior efetividade possível.

Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO PENNA - Excelências à parte, eu quero dizer que nós estamos supersatisfeitos. Nós da Comissão do Meio Ambiente somos pioneiros em entrar ao vivo, inclusive de maneira muito interessante por meio do e-Democracia, no qual este Plenário é multiplicado, através da Internet, com a possibilidade de o internauta enviar perguntas para a Mesa ou para os depoentes — é sensacional!

Depois, quero deixar registrada a minha alegria com esse trabalho EcoCâmara — eles se chamam de ecocamaradas. Já ajuda um pouco, mas eu dei a sugestão a eles e já estou trabalhando a ideia de fazermos uma rede na Internet, a partir da sugestão de vocês, chamada Ecocamaradagem, para fazer alguns eventos, por exemplo, contra a poluição sonora. Todas as cidades do Brasil onde os ecocamaradas estejam dispostos farão na mesma hora um apitaço, um barulhaço.

(Intervenção fora do microfone.)

Um silenciaço? Não tem. Silenciaço não adianta nada. *(Risos.)*

Isso para verem como, de fato, me impactaram esses 10 anos de trabalho de vocês. Eu acho que podemos estar afinados com a Comissão do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável para avançarmos mais nesse imenso universo que, como se referiu o Sr. Maranhão aqui, abre, descortina para a sociedade.

Então, neste momento, eu desejo a todos um bom seminário e passo a condução do primeiro eixo para o meu colega Arnaldo Jordy.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Vamos iniciar os debates do Seminário *Desafios para a Implementação da Lei de Resíduos Sólidos*. O primeiro eixo trata do tema *Produção e Consumo Sustentáveis*.

Quero informar que os nossos trabalhos estão sendo transmitidos ao vivo pela Internet e gravados pela *TV Câmara* para posterior exibição na programação da emissora.

Quero registrar a presença dos Deputados Jesus Rodrigues, do Piauí, e Arnaldo Jardim, de São Paulo.



Convido para fazer parte da Mesa o Dr. Thiago Hector Uehara, Analista Ambiental do Departamento de Produção e Consumo Sustentáveis do Ministério do Meio Ambiente. Muito obrigado pela presença.

Convido também para compor a Mesa o Dr. Dalberto Adulis, Gerente de Conteúdos e Metodologias do Instituto Akatu, e o Dr. Jorge Abrahão, Presidente do Instituto Ethos.

Informo a todos que a cada palestrante será disponibilizado o tempo de 20 minutos para sua exposição e que ao longo das exposições será disponibilizada uma ficha pela assessoria do Seminário e da Comissão para preenchimento das perguntas e considerações que as pessoas queiram fazer para um ou para o conjunto dos nossos expositores.

Passo a palavra ao Dr. Thiago Hector Kanashiro Uehara para fazer as suas considerações.

O SR. THIAGO HECTOR KANASHIRO UEHARA - Boa tarde a todos.

Meu nome é Thiago Uehara. Sou Analista Ambiental do Departamento de Produção e Consumo Sustentáveis do Ministério do Meio Ambiente e venho aqui a pedido da Secretária Mariana Meirelles, que recentemente assumiu a Pasta de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental justamente para coordenar a Conferência Nacional do Meio Ambiente e continuar a implementação do Plano Nacional de Produção e Consumo Sustentáveis.

Agradeço aos componentes desta Mesa e ao nobre Deputado pelo convite para conversar um pouco com os representantes das empresas, com o Akatu, que subsidia o Plano com pesquisas, inclusive.

Como esta é a primeira deste ciclo de palestras que teremos hoje, eu ousei trazer aqui alguns elementos para reflexão técnica e alguns instrumentos de política que podem ser utilizados por nós, gestores, pelos Parlamentares, pelos empresários e por representantes da sociedade civil organizada.

Por isso, inicialmente, intitulei a palestra de *Consumo e Produção Sustentável: Atores, políticas e instrumentos para uma economia circular*, sempre conectado também à Política Nacional de Resíduos Sólidos.

São seis partes bastante rápidas. Na primeira delas, trago uma ilustração sobre ciclo de vida da produção e consumo; num segundo momento, conceitos,



super-rápidos também sobre o que é a produção sustentável, o que é e o que se entende por consumo sustentável; num terceiro momento, eu trago todos esses atores à mesa, mostrando as possíveis interfaces entre eles; num quarto momento, exemplos hipotéticos do que pode ser feito para promoção da sustentabilidade no sistema de produção e consumo; não menos importante, trago, depois, as bases e a atuação do Ministério do Meio Ambiente na articulação do Plano de Produção e Consumo Sustentáveis; e, por fim, algumas considerações finais.

(Segue-se exibição de imagens.)

O primeiro ponto é Ciclo de Vida, que depois vou ilustrar com um exemplo de computadores para vocês.

Todas essas cinco fases aqui serão abordadas, acredito eu, durante todo o Seminário. Então, acho bastante importante termos isso desde o princípio, lembrando que o ciclo de produção e consumo tem um lado, o da oferta, e outro lado, o da demanda, e, bem ao centro, o mercado, que conecta a produção ao consumo de fato.

Então, num primeiro momento, temos a extração de recursos naturais; um segundo momento, que é o fazer a produção; um terceiro momento, com esses intermediários, justamente o mercado, o comércio; num quarto momento, o uso, seja pela população, seja pelo órgão público; e, por fim, o fim de vida do que foi produzido. Teoricamente, então, são essas as cinco grandes etapas do ciclo de produção e consumo.

E aqui eu trago um exemplo apenas para ilustrar um pouco o que falei. Este é um infográfico, que está no livro *Compra Sustentável*, lançado ano passado, em novembro, pela Fundação Getúlio Vargas. À esquerda, na parte de cima, tem uma ilustração da extração de recursos naturais, das quais dependemos para as nossas atividades cotidianas. Ali, à direita, nós temos uma cena mais clássica de um escritório, onde utilizamos computadores e toda tecnologia de informação.

Mas eu só quero marcar aqui os passos do ciclo de vida. Primeiro, então, extração de recursos naturais. Dependemos de geração de energia. Muitas vezes, dependemos de petróleo e seus derivados; dependemos da mineração; dependemos também, muitas vezes, da exploração de florestas. Tudo isso para gerar componentes ou as matérias-primas necessárias à fabricação do computador.



Então, qualquer atividade de consumo necessariamente impacta o meio ambiente, necessariamente degrada, de alguma forma, a base de recursos de que dispomos — lembrando que os recursos não são infinitos.

Na segunda etapa está a fabricação; na terceira, a lojinha onde fazemos as compras, com todo um sistema de logística que muitas vezes é bastante complicado para transporte desses materiais até chegar aos nossos escritórios e aos nossos lares. E, por fim, nós sempre ficamos perdidos: o que fazer com um computador velho? Fica lá debaixo da estante, lá no quatinho da bagunça. Muitas vezes, acaba indo para lugares inapropriados, como um simples lixão. É aquele velho paradigma de pegar o recurso, usá-lo e jogá-lo fora.

Este é basicamente o circuito linear da produção e consumo, que nada tem a ver com sustentabilidade: pega, faz, descarta. E o que a gente deve falar durante todo o seminário é de uma evolução de paradigmas, para entrarmos num circuito mais orgânico.

O que a gente quer tratar aqui é de uma economia mais circular — permitam-me usar o termo —, em que a gente não pega, mas pede emprestado um recurso, utiliza e o devolve à natureza ou aos ecossistemas. Então, é esse circuito que a gente chama de produção e consumo sustentáveis. É para o caso, por exemplo, daquele computador que eu não sabia onde colocar, ficava no meu quatinho da bagunça ou ia para o lixão. Novas formas têm que ser pensadas, tanto para a produção ser mais amena, ou menos intensiva em gastos de materiais, energia, como temos que pensar nas possibilidades, por exemplo, de logística reversa, nas possibilidades de existirem centros de triagem e processamento para remontagem desses computadores, para reaproveitamento. É disso que a gente deve tratar aqui durante todo este seminário, quando fala de produção e consumo sustentáveis.

Passada a ilustração, vou trazer conceitos que o Ministério do Meio Ambiente adota em suas ações. Permitam-me ler:

“Consumo sustentável é o uso de bens e serviços que atendam às necessidades básicas, proporcionando uma melhor qualidade de vida, enquanto minimizam o uso dos recursos naturais e materiais tóxicos, a geração de resíduos e a emissão de poluentes durante todo ciclo de



vida do produto ou do serviço, de modo que não se coloque em risco as necessidades das futuras gerações.”

Esse é o paradigma com o qual trabalhamos quando tratamos de consumo sustentável.

Definição de produção sustentável:

“É a incorporação, ao longo de todo o ciclo de vida de bens e serviços, das melhores alternativas possíveis para minimizar custos ambientais e sociais.”

Quando a gente trata do sistema de consumo e produção sustentáveis, hoje, o Ministério do Meio Ambiente, por meio do Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis — PPCS, dá muita ênfase ao poder de compra, ao poder da demanda. Acredita-se que, a partir da alteração das formas de comprar e das formas de demandar é que serão alteradas as formas de se produzir. Então, não é à toa que hoje a ênfase do PPCS esteja na questão de consumo sustentável.

Já falamos de atores, suas influências e seus poderes, como e quem pode promover essas mudanças daquele sistema linear para um circuito mais fechado.

Muitas cores, muitas setas, mas basicamente três atores são retratados nesse infográfico, do mesmo livro *Compra Sustentável*. Um desses atores são as empresas, aqui representadas pelo Instituto Ethos, que diretamente tem, junto à população, interesse de vendas, interesse relacionado a marketing, inclusive, e também faz a defesa dos interesses do setor junto ao poder público. E isso afeta o sistema de produção e consumo.

As pessoas, por sua vez, demandam das empresas, como mostra esta setinha em azul. As ONGs, por exemplo, demandam que as empresas liberem os seus relatórios de sustentabilidade, digam como estão produzindo e que façam uma produção melhor. Então, elas pedem também que haja autorregulamentação do setor e pressionam para que as empresas não poluam os rios, não adotem práticas lesivas à sociedade e ao meio ambiente.

Da mesma forma, a sociedade pode exercer controle social sobre o poder público. Estou falando poder público no sentido amplo — Poder Executivo, Poder Legislativo e Poder Judiciário —, que tem uma possibilidade bastante grande para movimentar o sistema de produção e consumo. Por exemplo, ao tratar de



contratações públicas sustentáveis, havendo uma regulamentação específica para os órgãos públicos realizarem compras sustentáveis, já é uma forma de o poder público influenciar a oferta, inclusive, trabalhando pela demanda. Da mesma forma, o poder público tem a responsabilidade de educar e pode trabalhar os instrumentos econômicos e fiscais para estimular a produção mais sustentável. É basicamente isso.

Todos esses atores estão no processo de produção e consumo sustentáveis. Todos esses atores interferem nesses sistemas. Então o que se acredita hoje no Poder Executivo? É que não somente o Ministério do Meio Ambiente ou o Governo Federal podem trabalhar para essa mudança. A gente depende muito da parceria com os legisladores, com a sociedade civil, com os empresários, caso se queira evoluir para aquele sistema mais circular que vimos há pouco.

Como comentei há pouco, trago basicamente cinco instrumentos clássicos que podem ser mobilizados para a promoção da sustentabilidade: estratégias e planos de ações, instrumentos regulatórios, econômicos, os baseados em informação e, por fim, as iniciativas voluntárias ou pactos setoriais ou acordos firmados entre organizações.

E, com base nesses cinco instrumentos, trago exemplos de iniciativas e instrumentos aplicados em cada uma daquelas cinco etapas do ciclo de vida. São todos exemplos reconhecidos internacionalmente. Alguns já são aplicados aqui no Brasil, enquanto outros são refutados. Eu não vou fazer juízo de valor. São apenas exemplos de amplo espectro internacional que trago aqui para iniciar o debate.

Voltamos agora para as fases do ciclo de vida. Na extração, o que a gente quer, se procura sustentabilidade? Extração, uso e gestão de matérias-primas. Na produção, a gente quer uma produção mais limpa, mais enxuta. No mercado, queremos produtos melhorados, com mais atributos de sustentabilidade. No uso, faz-se necessário um consumo mais inteligente, minimamente consciente. No fim de vida, precisamos de uma gestão de resíduos. Em vez de uma lógica linear, é aqui que a gente trata do pede emprestado, usa e devolve. É o que a gente gostaria de promover.

Vamos passar rapidamente alguns exemplos, falando da parte inicial da extração de recursos ou extração de matérias-primas. Exemplos que podem



acontecer: regulamentação em *ecodesign* para que o princípio do berço a berço seja adotado em todos os processos produtivos. Instrumentos baseados em informação: sugere-se a criação de materiais educativos para as escolas. Em termos de instrumentos econômicos, já são conhecidos os subsídios para a produção de energia limpa e renovável e, de outra maneira, taxas e impostos sobre combustíveis fósseis e minerais e outros recursos; taxas também para uso dos recursos naturais. São as formas possíveis para trabalhar ou movimentar a sustentabilidade, nessa primeira etapa do ciclo de produção e consumo.

Num segundo momento, depois de extraído, a gente quer uma produção mais limpa e mais enxuta. O que pode ser feito, então? Haver, em termos de planos e estratégias, uma estratégia para uma produção mais limpa, estratégias ambientais setoriais. Pode haver, inclusive, em termos de regulamentação — o Banco Central do Brasil está trabalhando nesse sentido, inclusive lançou uma consulta pública há pouco tempo — para obrigar o lançamento de relatórios de sustentabilidade por parte das empresas listadas na Bolsa.

Em termos de regulamentação, fazer com que os órgãos públicos tenham que lançar os seus relatórios de sustentabilidade talvez seja uma forma de a gente se movimentar também em direção à sustentabilidade.

Instrumentos baseados em informação: livros e diretivas para compras institucionais sustentáveis também parecem ser bastante relevantes, assim como acordos voluntários de sistemas voluntários de certificação, por exemplo, para testar uma produção mais enxuta, mais limpa.

Numa terceira etapa do ciclo, a gente já fala de mercado. No mercado pode-se ter, por exemplo, como instrumento regulatório, o aumento da responsabilidade do produtor e do distribuidor com relação ao que foi gerado, e o banimento de certos produtos que podem ser entendidos como lesivos à sociedade e aos ecossistemas. Como instrumentos econômicos, há possibilidade de modificar as taxações e haver subsídios dependendo da *performance* daquela fábrica, da *performance* daquele produto. Refiro-me especialmente à *performance* ambiental.

Pode ser feito quanto a instrumentos baseados em informação: maior transparência sobre a origem dos produtos *in natura*. Muitas vezes, a gente acaba comprando na feirinha um alho que não sabe se veio da China, da França ou de



Brazlândia. A gente não sabe o que tem de pegada de carbono naquele produto, por exemplo. Então, esse é um instrumento de informação bastante válido, que, inclusive, pode ser regulado aqui. A informação não precisa ser uma iniciativa voluntária de um mercado, pode ser a regulamentação um trabalho de câmara, por exemplo. E haver também um consumo mais inteligente, quase fechando o circuito. Então, haver um plano de compras públicas sustentáveis, o que hoje o Governo Federal já tem e muitos Estados já praticam.

Em termos de instrumentos regulatórios, haver obrigatoriedade das compras públicas sustentáveis. No Governo Federal, já é permitido realizar isso.

Em termos de instrumentos econômicos, pode haver, então, bonificação para aqueles que fazem compras sustentáveis.

Em termos de instrumentos baseados em informação: trabalhar com uma calculadora de impacto do consumo, inventar isso aqui, ou ter uma educação para o consumo sustentável, como o Instituto Akatu já faz.

Em termos de acordos voluntários, trabalhar parcerias para consecução de compras empresariais sustentáveis. A CNI esteve com o Ministério do Meio Ambiente no começo desta semana justamente discutindo compras sustentáveis; como o Poder Público pode fazê-lo e como as empresas também têm a possibilidade de aperfeiçoar seu sistema de gestão de compras orientadas à sustentabilidade. Pode, então, haver parcerias entre esses órgãos para que isso aconteça.

Por fim, a gestão do final do ciclo de vida, que está em foco nesse nosso trabalho de hoje: em termos de plano, haver um plano nacional de resíduos sólidos; estratégias para prevenção da geração de resíduos, e assim vai. Os exemplos são vários e, ao final, tenho mais referências aqui. Os senhores podem acessar os relatórios das pesquisas originais.

Até agora, foi tudo mais ilustrativo, mais teórico. Agora eu entro um pouco mais na articulação do MMA na promoção do PCS.

Em 2011, com uma grande ajuda da sociedade civil, das associações empresariais, o Ministério do Meio Ambiente lançou o Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis — PPCS. Tenho alguns exemplares aqui. Quem quiser, pode procurar a Flávia ou, depois, a mim mesmo, que eu posso disponibilizar. E também podem acessá-lo a partir do *site* www.consumosustentavel.gov.br.



Esse Plano veio atender não só a uma demanda nacional, mas a uma agenda internacional bastante antiga do reconhecimento, em 1992, de que o principal problema de sustentabilidade a ser enfrentado seria modificar o sistema de produção e consumo. Isso em 1992 já foi percebido, já foi registrado em ata, nas Conferências da ONU, mas somente em 2002 foi criado um processo, o Processo Marrakech, depois de Johannesburgo, com o apoio da UNEP, para fomentar que os países, as nações elaborassem os seus planos nacionais de produção e consumos sustentáveis. E foi só em 2007, alguns anos depois, que o MERCOSUL e o Brasil aderiram a esse processo. Havendo depois uma consulta junto à sociedade civil, nesse momento foram identificadas as prioridades para este País. Foi então lançada, em 2011, a primeira etapa ou o primeiro ciclo desse Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis — PPCS, que está conectado a diversas políticas do Governo Federal. Ele não é um plano isolado, ele está estreitamente conectado à Política Nacional de Resíduos Sólidos, mas também a outros planos do Governo.

A base do entendimento desse plano é de que todos os atores são consumidores. E a partir da qualificação do consumo, espera-se melhorar a oferta ou melhorar todo o sistema concatenado de consumo e produção.

São seis as prioridades para o Plano Nacional. Uma delas é a promoção da sustentabilidade no varejo, sobre a qual já temos pacto setorial assinado com a Associação Brasileira de Supermercados, hoje mais ligado à questão das sacolas plásticas e, futuramente, mais associado a lojas ecoeficientes, à disponibilização de informação sobre sustentabilidade ao consumidor. É o que a gente espera.

Temos também, nessa agenda prioritária, a A3P — Agenda Ambiental na Administração Pública, que acredito que todos aqui já conhecem, que é um programa antigo que está como prioridade nesse PPCS.

Temos também educação para o consumo sustentável. O Ministério do Meio Ambiente tem um forte departamento de educação ambiental, já antigo, que trabalha em articulação com os outros Ministérios, para também fomentar a adoção de estilos de vida mais sustentáveis, inclusive com a publicação de algumas cartilhas — estas eu trouxe num volume um pouco maior.



Nós temos alguns painéis, alguns infográficos direcionados ao cidadão comum, a professores que queiram entender mais de resíduos, consumismo infantil e construções particulares. Eu tenho aqui algumas informações. Caso queiram, mais uma vez fico à disposição. Tenho alguns materiais aqui, que também estão disponíveis na nossa página na Internet.

Temos também outra prioridade: o aumento da reciclagem, naturalmente conectado ao tema de hoje.

Temos também agenda de compras públicas sustentáveis. Compras públicas é uma agenda do Ministério do Planejamento. Trabalhamos, então, com eles para a internalização desses atributos de sustentabilidade nos sistemas de logística pública. Hoje já temos uma regulamentação que dá segurança ao comprador público para fazer compras sustentáveis. E os planos já começaram a ser lançados. Então, é uma grande e excelente notícia que temos, muito impulsionada pelo Decreto 7.746, de 2012, lançado em 5 de junho passado, no último Dia do Meio Ambiente, que hoje está movimentando muitas máquinas da administração pública federal, no sentido de realizar compras sustentáveis.

Também tem outra linha, que é a promoção das construções sustentáveis. Para isso, temos parceria com a CBIC — Câmara Brasileira da Indústria da Construção, com CREAs, e assim vai.

Esta é a meta. Tenho que conversar aqui com o Adulis, que vai ficar bastante bravo comigo. Acho que ele deve apresentar alguns dados disso. O que hoje está pactuado no PPCS, como macrometa, é dobrar o percentual de consumidores conscientes, considerando marco zero o ano de 2010 e a nossa meta para ser cumprida em 2014. Isso significaria ter um aumento de 5% para 10% no percentual de consumidores conscientes. Pelo jeito, a gente vai ter que conversar um pouco aqui, porque talvez a meta tenha que ser bastante revisada.

Em termos de possibilidades de ação, como vimos, são vários os atores que influenciam e são influenciados. Naturalmente, temos várias iniciativas das quais dependemos, como ações governamentais, ações de parcerias, pactos setoriais, forças-tarefa. Então, é basicamente dessa forma, trabalhando com articulação, que o PPCS se desenvolve.

Aqui é o mapa da confusão ou das interconexões promovidas pelo PPCS.



Enfim, para encerrar esta minha parte, eu volto àquele mapa dos atores e volto a lembrar que todos fazem parte desse sistema. A Câmara tem o papel incrível de mobilizar vários desses instrumentos para promover a produção e o consumo; as empresas da mesma forma; e a sociedade civil também. É todo nesse imbricado que temos aqui que a gente poder sair daquele sistema linear do “pega, usa e joga fora” e ir para “o toma emprestado, usa e devolve”.

Para aquele legislador, para aquele cidadão ou para o gestor que queira se engajar nesse movimento, eu mostrei vários instrumentos aqui, mas entende-se que os objetivos finalísticos que a gente espera de qualquer ação, para estimular a sustentabilidade na produção e consumo, podem estar sempre associados a um desses três objetivos ou funções esperadas.

Essas funções são: elevar a consciência do consumidor, seja ele familiar, seja ele institucional; esverdear os mercados ou embeber os mercados de atributos de sustentabilidade; e também facilitar o consumo sustentável, uma vez que nenhum consumidor, seja o familiar, seja o institucional, dispõe de amplos recursos ou tempo para conseguir diferenciar o joio do trigo. A gente precisa ter instrumentos para facilitar que essa escolha seja mais rápida e simples, para que o cidadão consiga falar: “*Este aqui é o mais sustentável, então, eu vou levar*”. Então, a gente precisa trabalhar todas essas engrenagens para conseguir caminhar rumo à sustentabilidade desejada.

Aqui estão as referências principais que usei para a apresentação. Todos os desenhos vieram basicamente deste livro aqui, *Compra Sustentável*, da Fundação Getúlio Vargas, que está disponível *on-line*, para baixar. O PPCS está disponível neste *site* aqui, Consumo Sustentável. Tem um *paper* aqui do Natural Resources Forum e outro sobre política de produção e consumo, que eu recomendo a vocês acessarem, caso queiram se aprofundar nesse tema.

Por fim, é isso. Deixo aqui o meu contato e fico à disposição de vocês. Agradeço pela atenção e pelo convite.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Muito obrigado, Dr. Thiago pelas suas considerações. Eu não tenho como aqui escapar dessa postura, às vezes, incômoda, mas nós precisamos dar sustentabilidade aqui ao nosso



seminário, e isso implica controlar um pouco o tempo que estamos disponibilizando, para podermos cumprir minimamente os nossos horários. Muito obrigado pelas suas considerações.

As pessoas já podem, repito, requisitar a ficha para fazerem perguntas aos nossos expositores.

Passo a palavra agora ao Dr. Dalberto Adulis, do Instituto Akatu.

O SR. DALBERTO ADULIS - Bom dia a todos, bom dia a todas.

Antes de mais nada, gostaria de agradecer a oportunidade de estar aqui, na presença do nobre Deputado Arnaldo e demais Deputados; do Jorge, do Instituto Ethos; e também do Thiago. Nós temos trabalhado juntos nessa Semana do Meio Ambiente inclusive, no Rio de Janeiro numa oficina voltada à temática do consumo consciente e de estilo de vida. Talvez aí esteja um dos maiores desafios.

O tema do seminário é os desafios sobre a questão dos resíduos, mas, evidentemente, eles estão ligados a essa ideia de produção e consumo sustentável. Não há como você dissociar uma coisa da outra. Aí eu vi que a gente já tinha o Instituto Ethos trabalhando com a questão da produção, evidentemente, na sequência.

Eu acho que foi boa a apresentação do Thiago, porque ele trouxe um referencial do conceitual e algumas coisas que o Governo já tem feito no sentido de fomentar esses processos. Eu vou querer, na minha apresentação, pincelar alguns desafios críticos.

Na semana passada, eu tive a oportunidade de participar de um evento com a Secretária de Articulação do Ministério, Mariana Meirelles, no qual grandes empresas que lidam com embalagens mostraram que estavam implantando um protocolo para produzir e ter uma linguagem em comum, que viabilize embalagens mais sustentáveis. Elas estão preocupadas com embalagens que possam ser recicladas; com a origem adequada dos produtos; com que a eficiência no transporte contribua, de um lado, para diminuir a emissão de gases, mas também evite o desperdício dos alimentos ou dos produtos transportados.

Ali a gente percebeu um movimento do setor produtivo, na maioria composto de empresas grandes, que têm até uma diretriz internacional voltada para a questão da sustentabilidade, e o Governo estava participando desse diálogo. Mas o



consumidor — no fundo, além do Governo, todas as empresas são consumidoras, mas todos os cidadãos também — está, muitas vezes, disperso. E talvez ele seja o elo mais difícil de mobilizar e um dos maiores desafios, tanto para se pensar a questão da demanda, como é que ele se organiza para pedir produtos mais sustentáveis, quanto para se pensar a questão do resíduo. Eu vou mostrar algumas coisas que dão suporte a esse tipo de pensamento.

(Segue-se exibição de imagens.)

Eu começo com esta foto aqui, que é um pouco o cenário em que a gente vive. Alguém sabe o que é essa foto, o que pode ser esse cenário? É difícil imaginar, não é? São celulares. Essa documentação foi feita pelo fotógrafo americano Chris Jordan. A gente tem um brasileiro que também fez aquele documentário *Lixo Extraordinário*, mostrando o impacto do lixo que se produz na sociedade, o que evidentemente está relacionado com o quanto consumimos.

No caso dos celulares, é impressionante a quantidade: são 100 milhões de aparelhos descartados por ano, nos Estados Unidos. São 100 milhões descartados por ano, o que não quer dizer que eles não estejam funcionando. O custo do desperdício é de 63 milhões de dólares por ano. Reciclam-se em torno de 6% deles, ou seja, 6 milhões. A energia gasta para produzir esses 6 milhões daria para iluminar 11 mil casas por 1 ano. Então, o desperdício está relacionado a todo o modelo de produção e de consumo que a gente tem hoje.

Sob o ponto de vista das opções que fazemos, seja para alimentação, seja para o lazer, devemos pensar na falta de mobilidade que nós temos. Ontem mesmo eu estava vendo um estudo do IPEA sobre mobilidade. Entre as 50 maiores cidades do mundo, São Paulo e Rio de Janeiro ocupam o segundo e a terceiro lugar em termos de pior qualidade no transporte. Nós perdemos só para Xangai. Londres está melhor, Paris está melhor, Nova Iorque está melhor.

Para onde nós estamos indo? Que modelo é esse, no qual a mobilidade é colocada para escanteio, em vez da produção e do consumo de automóveis? Quanto a embalagens descartáveis, eu achei fantástica a iniciativa da Câmara, do EcoCâmara, mas aqui ainda se serve o cafezinho na embalagem plástica, pelo que eu notei. Nós temos que realizar esforços em todos os espaços. E, evidentemente, o resíduo, como disse o Thiago, é só o final de todo esse processo.



Eu acho que é uma oportunidade incrível estarmos num espaço legislativo. A gente sabe que foram praticamente 20 anos de discussão e embates para que essa lei fosse aprovada. Agora é o momento de implementação, o que implica transformações do setor produtivo, do consumidor, da logística e do varejo. Então, é uma oportunidade. De um lado, há um desafio; de outro, as grandes oportunidades que se colocam.

Mas isso tem que estar relacionado a pensarmos que esse modelo tem que ser alterado, tem que ser transformado. Quando o Thiago falou em produção e consumo sustentáveis, fica claro que a gente precisa buscar outra lógica. E o que buscamos, o estilo de vida que temos está relacionado a isso.

Quais são os principais desafios para produção e consumo sustentáveis? Quando o UNEP, Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, analisa políticas de produção e de consumo sustentáveis em vários países, ele identifica o seguinte: "... é fundamental que haja políticas favoráveis..." — a tradução aqui não é a mais adequada. Esta é uma política adequada, o plano é uma política adequada, porque condiciona o processo de transformação e a lógica de atuação dos principais atores do setor produtivo e do setor público.

Depois surgem inovações tecnológicas e sociais, na extração de recursos naturais, para uma extração mais eficiente; na produção mais adequada, pensando na reutilização dos recursos; na inovação desse processo produtivo; na distribuição e *marketing*. Finalmente, chega-se à redução da reciclagem, do uso e da forma como consumimos.

Então, se a gente tem condições de melhorar e transformar, através dessas forças aqui, de promover mudanças em cada um desses aspectos azuis, a gente precisa estabelecê-las, para, de fato, chegar a uma mudança no estilo de vida, no modelo de produção e de consumo e a uma redução na quantidade de resíduos que depois vão ser descartados e para, evidentemente, implantar processos de logística reversa e de reutilização desses resíduos, porque são recursos naturais. A gente vai jogar fora? Não é lixo, é resíduo — por isso a distinção do nome.

Então, isto aqui, de certo modo, é o referencial. Vocês acabaram de ver essa figura. Quando eu vi o plano brasileiro, eu o achei rico, porque, na realidade, ele articula várias políticas. A Política Nacional de Resíduos Sólidos é esta aqui. Depois,



tem-se a Política Nacional de Mudança do Clima e outras políticas e outros programas do Governo que contribuem para a transição para outro modelo.

Eu acho isto superimportante: um olhar multissetorial, transsetorial, transversal dentro do Governo para pensar essa transição.

Quando se fala dos resíduos — e a gente tem 1 ano como data limite para implementação da legislação —, este é o desafio das pessoas: não há como jogar o lixo fora, porque não existe o “fora”. Onde é o “fora” do planeta? Não há “fora”. A gente está produzindo, produzindo e se diz: “*Jogue fora isso.*” Não mais existe “fora” quando a gente pensa que mora num mundo só, assim como não existem mais planetas do que aqueles que a gente vem consumindo.

Se dizem que a gente consome um planeta e meio basicamente, se a gente mantiver o padrão de consumo por ano, não existe mais planeta para consumir e também não terá onde jogar o lixo, o resíduo.

Então, a gente tem que pensar na quantidade e em qual tem sido a nossa tendência. No Brasil, entre 2007 e 2010, a gente aumentou a quantidade de lixo por dia, de 213 mil toneladas para 273 mil. A gente está aumentando, aumentando e aumentando a quantidade. Então, a política, por excepcional que seja, paralelamente à política de como tratar dos resíduos, deve, por isso, como primeiro indicador, reduzir os resíduos. Como a gente reduz a quantidade, para depois passar por todos os outros erros?

Como estão os consumidores hoje? Primeiro, em termos de reciclagem; depois a gente vê a questão do consumo consciente, mencionada pelo Thiago. Uma pesquisa com dados de 2010, com base em 22 mil entrevistados, mostrou quantos por cento da população recicla o lixo em casa. E a gente vê dados em relação ao Canadá, Coreia do Sul, Espanha, Suécia, Bélgica, Itália, *etc.* O Brasil está aqui. A gente tem uma taxa muito menor do que os países desenvolvidos ou do que países que já tenham, se você olhar mesmo o México, adotado políticas como essa e práticas como essa há mais tempo. Nesses 20 anos, a gente perdeu tempo. Se a gente tivesse implementado há 10 anos, a realidade das nossas cidades, dos aterros e mesmo as condições de vida que a gente tem nesses locais seria outra.

Esta aqui é a pesquisa do Ministério do Meio Ambiente do ano passado sobre a quantidade de pessoas que separa o lixo molhado do lixo seco. Foi apurado nessa



pesquisa que 47% da população... Há uma preponderância maior em Curitiba, de 82%. Olha que curioso: segundo esse mesmo relatório do IPEA, as únicas duas metrópoles brasileiras que não tiveram piora no trânsito ou pioraram pouco foram Curitiba e Porto Alegre. Todas as outras pioraram nos últimos 10 anos. A gente sabe que Curitiba é um exemplo de urbanismo há muito tempo, que houve mudanças, mas as políticas públicas, os esforços, os atores, o empreendedorismo, tudo isso tem que estar relacionado se, de fato, a gente quer promover mudanças. Comodismo é algo que não nos leva a lugar nenhum nesse caso.

Esta é a pesquisa do Instituto Akatu, mencionada como uma meta no programa do Plano do Governo de Produção e Consumo Sustentáveis. Já há 12 anos que a gente faz algumas perguntas que permitem classificar os consumidores entre consumidores conscientes, engajados na questão do consumo, iniciantes ou indiferentes. Isto é definido em função do número de comportamentos que eles dizem adotar sempre no seu dia a dia. A gente pode ver quais são depois os comportamentos.

A gente tem, desde 2006, a manutenção dos 5% de consumidores considerados conscientes, consumidores que adotam entre 11 e 13 dos 13 comportamentos. A quantidade de consumidores engajados está entre 23% e 22%. Então, a gente tem 27% ou 28% de consumidores que já, de fato, adotam um número significativo de comportamentos; ou seja, acima de sete — de 8 a 13 comportamentos.

Tem sido difícil mudar. A missão do Instituto Akatu é exatamente fomentar o consumo consciente. Ele trabalha com cidadãos, com consumidores e com empresas que têm interesse nesse processo também. Mas não é fácil.

Estes são os comportamentos que a gente pergunta se são adotados, e três deles estão mais diretamente relacionados à reciclagem. A gente tem comportamentos de economia, o que significa que as pessoas gastam menos ao adotá-los, como fechar a torneira em casa; comportamentos de planejamento, em que a pessoa se planeja antes de realizar uma compra; de reciclagem; e de compra sustentável.

Como um comportamento de reciclagem, temos, por exemplo, quando possível, utilizar também o verso das folhas de papel. Se a gente pensar, isto é



muito simples, não é? Quantos por cento das pessoas fazem sempre isso? Entre 2006 e 2012, 34%, 38% e 35%. Trata-se de uma mudança muito pequena. Isso quer dizer que dois terços das pessoas não usam o verso. É simples assim.

Quando a gente fala: “*em minha casa, separamos o lixo para reciclagem*”, temos as proporções de 28%, 24% e 23%. Estatisticamente é praticamente igual. Há uma pequenina redução, mas é uma proporção pequena. Por quê? Se se retira essa quantidade de 100%, tem-se quantos não fazendo? “*Comprou produtos feitos com material reciclado nos últimos 6 meses*”: 27%, 29% e 29%. Então, um terço da população está de fato adotando sempre o hábito de usar o papel um pouco menos, separar para reciclagem ou ainda comprar produtos que tenham sido feitos com material reciclado. Nosso desafio é aumentar isto.

Neste ano, a gente analisou... Se o Ministério tem essa meta de 5%, para nós também, de certo modo, é triste ver esses dados. Poxa, a gente gostaria de ver o consumo consciente disparar. A gente já tem uma transformação relâmpago na sociedade. Mas os processos não são assim. Então, o que nós fizemos? Nós juntamos aqueles que disseram que fazem sempre alguma coisa com aqueles que fazem às vezes.

Por exemplo: “*Você fecha a torneira quando escova os dentes?*” “*Sempre. Fecho sempre.*” Mas, às vezes, há uma pessoa que diz: “*Ah, às vezes eu não fecho*”. Mas, então, às vezes ela fecha. Tem-se um grupo, uma proporção maior de pessoas. A mesma coisa vale em relação a apagar a luz dentro de casa, a apagar a luz quando você não está no cômodo. Como a gente olha o “sempre” e o “às vezes” juntos, evidentemente, a gente tem um número, uma proporção bem maior: 90%, 90% e 87%.

“*Separa lixo?*” De 46% a 47%, que é o mesmo número que a gente viu na pesquisa do Ministério do Meio Ambiente, que também foi de 47%. Então, a gente teve uma apuração semelhante, o que traz uma satisfação, por ver que as pesquisas estão convergindo. Mas o desafio é grande.

Se a gente olhar aqui, 2010 é representado pelo azul e 2012, pelo vermelho. Tem havido, na maioria dos casos, um aumento no predomínio desses comportamentos: planejar a compra de roupas e de alimentos, ler o rótulo, de 63 para 69, mas o esforço tem que ser contínuo.



O desafio da mudança está relacionado ao fato de que as ideias e os valores são muito mais assimilados e mais fáceis. As pessoas podem ter valores, mas isso não significa que elas, de imediato, tenham atitudes ou comportamentos. Há um *gap* aqui, há uma distância entre o que a pessoa acredita e o que ela faz.

É por isso que a gente prega, trabalha pela formação e conscientização para um processo de consumo que seja mais consciente. O Instituto Akatu não diz “*não vamos consumir*”, não é esta a ideia, mas é um consumo consciente das consequências e dos impactos do que se consome.

Então, para que isso seja possível, e aí acho que é o desafio dos 5%, necessariamente vai significar o esforço em escala nacional de conscientização, seja via televisão, via rádio, via Secretaria de Meio Ambiente, de Educação. Eu sei que o Nilo, Secretário de Educação Ambiental, vai estar aqui hoje à tarde, tem que ser um esforço mega para que a gente, de fato, contribua para a transformação de cada um. Isso para fazer a transformação do lado da demanda. As pessoas têm que de fato reconhecer que o que você consome tem um impacto. Qual é esse impacto? Porque os produtos têm uma história, quando a gente viu a ideia do ciclo de vida. Não nascem na prateleira.

Os processos de consumo também geram uma relação de cadeia que vai afetar outras pessoas, outras empresas. Os processos individuais, o que eu faço no meu dia a dia pode fazer diferença, pode fazer uma transformação. E eu mesmo posso multiplicar o meu modelo, a minha forma de atuar. Eu posso atuar como um exemplo ou como uma liderança, disseminando boas práticas. Então, este é o cerne do processo de educação para o consumo consciente que a gente realiza.

Aí a gente chega a um processo de consumo com essa consciência que seja voltado à sustentabilidade ambiental, social, econômica e individual, porque isso vai contribuir para a conservação dos recursos naturais. E, no momento em que eu vou consumir, eu parto, por que eu vou comprar? Eu preciso de outro celular? Esse iPhone 4.2 Z, será que é muito melhor do que o iPhone 4.2 V? Será que eu preciso? Qual é o impacto disso? Se eu pensar o que tem naquele produto, onde ele vai parar, talvez eu mude o meu comportamento.

O que eu vou comprar? De quem eu vou comprar, do ponto de vista de empresas que, de fato, tenham um trabalho voltado à sustentabilidade, coerente e



que estejam se empenhando nesse processo? Como vou comprar, como usar e descartar?

Então, foi falado aqui e está dentro da lei que a ideia de responsabilidade compartilhada é um dos eixos centrais. E aí os desafios são muito grandes. Quando a gente pensa em todo esse elo, em toda essa cadeia, o consumidor especificamente tem que separar esse resíduo. Se não separar, não vai funcionar. Isso vai significar educação. Pode haver incentivos ou desincentivos para que ele faça isso. Existem experiências fora do Brasil e no Brasil sobre isso.

A coleta tem que estar funcionando. Os Municípios, se eles não implementarem, não adianta. Eu sou de São Paulo, onde ainda é precária a coleta seletiva.

Quais são os parâmetros? A gente sabe que o plano, e existem instrumentos para isso, mas como assegurar de fato os investimentos para que a indústria de reciclagem e para que os produtores desenvolvam produtos que utilizem o material reciclado? Senão a gente não fecha a cadeia.

Quando ele fala da economia circular, só vai ser circular, se de fato for reaproveitado. Também não adianta só separar e acumular, acumular, acumular. De fato, a gente tem que ter um investimento que viabilize essa transformação. E, finalmente, o consumidor deve saber valorizar o produto reciclado, que isto representa um dano e um custo menor para o meio ambiente.

Então, os *gaps*, os desafios estão em todos esses elos, e são muito grandes, mas é essencial que todos os poderes e todos os atores estejam atentos a isto, neste momento em que se aproxima da vigência da lei, o momento que o Brasil precisa se transformar.

Obrigado a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Muito obrigado, Dr. Dalberto pelas suas considerações. E obrigado pelo cumprimento aí da nossa sustentabilidade temporal.

Passo a palavra agora ao Sr. Jorge Abrahão, Presidente do Instituto Ethos, para suas considerações.

O SR. JORGE ABRAHÃO - Bom dia a todas e a todos aqui presentes. Eu quero agradecer ao Deputado Arnaldo Jordy pelo convite em nome da Comissão e



dizer que nós valorizamos muito isso. É uma honra vir aqui, tentando modestamente colaborar com essa discussão. Cumprimento também o Dalberto e o Thiago, meus companheiros de Mesa.

O Instituto Ethos, que eu não sei se todos conhecem, na verdade, tenta mobilizar empresas. O Ethos foi criado em 1998, há 15 anos, com a ideia de mobilizar para uma gestão socialmente responsável, mas a parte mais difícil da missão do Ethos, eu diria, e mais importante é a que diz que o Ethos tenta tornar as empresas parceiras para a construção de uma sociedade justa e responsável.

Quer dizer, qual é o papel das empresas e o impacto delas na sociedade, do ponto de vista social, ambiental e ético? A partir de então é que nós trabalhamos de uma maneira geral essas agendas, identificando impactos, propondo práticas para as empresas, transformações efetivas, contribuindo para a construção de políticas públicas.

Eu gostaria, sim, de iniciar brevemente, só colocando para vocês o que nos inspira, o que nos inspira de uma maneira geral, o que tem conduzido um pouco as nossas atuações e que vai, na verdade, fluir para essa questão, e rapidamente eu fluo para a questão dos resíduos.

Eu diria que nós estamos diante de um contexto. Alinharmos situações locais, nacionais e globais é uma questão chave para todos nós. Nós estamos diante de um contexto global que coloca o desenvolvimento sustentável como alternativa de uma maneira geral para todos nós.

Nessa linha, a Rio+20, para atalhar muito o tempo, foi bastante importante e trouxe questões chave para nossa reflexão. Ela colocou, para simplificar, duas grandes questões: a questão da produção e do consumo, respeitando os limites do planeta, e trouxe fortemente a questão da erradicação da pobreza e do combate à desigualdade social. A combinação dessas questões é que pode, de alguma forma, encaminhar esse desenvolvimento sustentável tão importante para todos nós.

Da Rio+20 saíram uma reflexão e um caminho: a construção dos ODS, esses objetivos do desenvolvimento sustentável, hoje sendo pensados e que serão lançados em 2015. Agora, a partir da Rio+20, o Brasil passa a ter uma importância muito grande nessa agenda. A nossa Ministra do Meio Ambiente está fortemente envolvida num painel de alto nível que discute os objetivos sustentáveis.



O Embaixador Figueiredo e o Embaixador Corrêa do Lago desenvolvem um papel chave nesse processo do alinhamento dos objetivos sustentáveis. Portanto, não por isto, mas isto reflete a importância do nosso País nessa agenda, e é uma oportunidade para o Brasil. Na verdade, nós estamos aqui dentro de um espaço fundamental que pensa essas questões estruturantes para o nosso País, a nossa Câmara dos Deputados. É uma oportunidade para o Brasil ser uma das lideranças do processo do desenvolvimento sustentável.

Nesse sentido nós temos uma atuação, que o Ethos, na verdade, atua, com essa visão de construção dos ambientes para o desenvolvimento sustentável. Agora, nós temos a consciência, digamos assim, de que a empresa é um desses atores, como já foi colocado aqui. Quer dizer, em uma questão como essa, só com o envolvimento da sociedade, fortemente do Governo, das empresas e dos trabalhadores é que nós, de alguma maneira, vamos dar encaminhamento a tudo isso.

No que diz respeito a esses atores, evidentemente o Ethos trabalha as empresas. Nós temos a consciência e não temos a ingenuidade da lógica com que as empresas atuam. As empresas são pontos chave porque de alguma maneira são responsáveis por dois terços da riqueza produzida no mundo e por três quartos da geração de empregos. Nós não podemos deixar de trabalhar um ator com tal dimensão. Como nós conseguimos transformar a lógica de um ator que vem trabalhando de maneira insustentável? O trabalho que nós desenvolvemos é no sentido dessa mobilização, da construção dessa visão, para que as empresas coloquem o seu potencial na direção da sustentabilidade.

A forma que o Ethos tem usado para trabalhar a atuação das empresas é assumir compromissos, porque nós não temos a ilusão de que há muitas empresas — nós reconhecemos isso — que trabalham a questão de uma maneira muito mais mercadológica, muito mais voltada para o *marketing* do que propriamente para o conteúdo. E nós temos essa preocupação: como é que nós, de alguma forma, mostramos a oportunidade que essa agenda traz, na verdade. E cada vez mais colocamos as empresas efetivamente conscientes da importância dessa agenda para avançar esse processo. Nós não temos dúvidas: empresas que utilizam isso como *marketing* é uma questão de curto prazo. Cada vez mais, os indutores, os



consumidores, os agentes financeiros e a mídia que, de uma maneira geral, está mobilizada sabem que, mais cedo ou mais tarde, as empresas que usam essa estratégia puramente mercadológica serão descaracterizadas.

O papel que nós temos, portanto, é o de apostar no avanço de uma questão estruturante, em que as empresas encarem a sustentabilidade como orientadoras do seu negócio, verificando a oportunidade que elas têm a partir daí.

Eu vou entrar agora no nosso tema específico. O Ethos tem trabalhado — quer, portanto, que as empresas tenham ações concretas —, a questão de compromissos. Nós temos desenvolvido situações em que as empresas assumem publicamente compromissos em determinadas agendas. Eu poderia dizer a vocês — não é sempre o caso, mas na maioria deles, desses compromissos, que combinam práticas empresariais... São grupos de empresas que assumem compromissos de mudança e transformação de suas práticas e também combinam essas transformações de práticas com a criação de políticas públicas, que é contribuir para a construção de políticas públicas.

O Ethos então desenvolveu nesse sentido compromissos na área do clima. Nós temos um grupo de trabalho, o Fórum Clima, em que tiveram uma importância bastante grande, eu diria, as empresas na implementação da Política Nacional sobre Mudança do Clima. Essas empresas assumiram um compromisso, voluntário, primeiramente, e levaram esse compromisso ao Governo. Disseram: *“Olha, nós só vamos conseguir avançar e manter esse compromisso se existirem políticas públicas que avancem nesse sentido”*. A partir do estímulo de assumirem esse compromisso, as empresas tiveram um papel importante nesse sentido para que o próprio Governo assumisse uma redução relativamente ousada das emissões de gases de efeito estufa, que nós sabemos é de até 38% até o ano de 2012.

Então, o trabalho de empresas assumindo e contribuindo para a construção de políticas públicas é algo que tem sido exitoso. Eu citaria mais um exemplo, na questão, que é importante também para nós, de direitos humanos. A gente sabe que o combate ao trabalho escravo nas cadeias produtivas é superimportante para a nossa sociedade. As empresas muitas vezes se veem envolvidas. Isso pode levar uma empresa ao seu fim, porque isso acaba com a imagem e a reputação da empresa. Então, existe um compromisso nosso, que é um pacto contra o trabalho



escravo. Quatrocentas empresas assinaram esse documento. São práticas empresariais que trabalham nesse sentido, com monitoramentos para ver os avanços da empresa.

E eu citaria o último, antes de entrar nos resíduos, que tem relação com outro tema bastante importante para nós, o tema da integridade. Nós temos um pacto pela integridade e combate à corrupção no campo das empresas.

Quanto a esse pacto, 300 empresas assumiram compromissos de atuação forte, de mapeamento de setores chave dentro delas, para que elas possam ter políticas internas, criação de código de ética, mecanismos de informação que estão avançando muito. E nós conseguimos construir um cadastro pró-ética, aqui no País, junto com a CGU. Isto é uma agenda positiva. Empresas assumem e declaram esses compromissos. A sociedade acompanha esses compromissos e elas passam a ter outro padrão de transformação e atuação.

A mesma coisa nós fizemos em relação aos resíduos. Nós entendemos que o nosso papel nesse sentido era de mobilização em relação a essa agenda dos resíduos. O Ethos, na verdade, já vinha atuando nessa agenda desde 2007. Foi produzido um manual bastante interessante e inédito naquela oportunidade, relacionando a gestão de resíduos sólidos com oportunidade de negócios inclusivos e sustentáveis.

Quer dizer, na verdade, a gente focava na redução de impactos ambientais, aliando a inclusão e a geração de renda para cooperativas de catadores.

Houve um trabalho bastante interessante junto a Fundação Avina, que combinava isso. Só para dar um exemplo nesse sentido: uma produtora de papéis, a Suzano, no caso, obrigou-se, nessa articulação entre os catadores, com duas outras empresas, a Natura e o Banco Real. Naquele momento, sugeriram que um percentual do papel produzido viesse de cooperativas de catadores. Naquela oportunidade, esse papel produzido ia gerar embalagens, ia gerar talões de cheque de papel reciclável. Essa combinação era um exemplo de como você vinculava, na verdade, empresas e catadores com a questão ambiental. Era uma forma muito concreta de vincular, em negócios sustentáveis, esse avanço.



Com a promulgação da Política Nacional de Resíduos Sólidos, em 2010, o foco do Ethos concentrou-se na sensibilização e mobilização das empresas para contribuir na implementação dessa política nacional.

Em 2012, nós criamos um grupo de trabalho de resíduos sólidos, com a perspectiva de construir compromissos voluntários para avançar nessa agenda: implementar atividades empresariais, especialmente na logística reversa; refletir sobre as políticas públicas necessárias para criar um ambiente favorável à questão de resíduos; promover práticas e negócios sustentáveis na gestão de resíduos sólidos e apoiar a implantação da Política Nacional de Resíduos.

O Grupo de Trabalho construiu uma carta compromisso com foco em práticas empresariais e políticas públicas, lançada com a adesão de mais de 60 empresas, em maio deste ano — na verdade, no mês passado.

No lançamento, houve a participação do Governo Federal, do Ministério do Meio Ambiente, do Governo Estadual, da Secretaria do Meio Ambiente de São Paulo e também do Governo Municipal, que, no caso, mostrou o simbolismo e a importância da articulação desses diferentes entes, ou seja, a federação, os Governos de Estado e os locais, as prefeituras, para que haja uma harmonização das políticas. Esta é uma questão chave a que esse grupo se propõe a trabalhar.

Eu vou citar — porque eu acho que é importante nesse processo, e logo depois eu finalizo — algumas características desse compromisso para vocês terem noção da concretude das ações que podem avançar.

Então, a carta compromisso é das empresas. Trata da gestão de resíduos sólidos. Na verdade, elas tratam dos desafios para implementar a da Lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos. Reconhece que a infraestrutura do País para o gerenciamento de resíduos é insuficiente, que a maioria das cooperativas de materiais recicláveis são pouco estruturadas e as dimensões continentais de nosso País dificultam a logística do gerenciamento de resíduos.

Portanto, *“certos de que esse cenário gera uma oportunidade única para construir um novo modelo de desenvolvimento sustentável e que podemos dar uma contribuição decisiva para acelerar a implantação da PNRS”*, as empresas signatárias, as 60 que eu coloquei para vocês, assumem os compromissos de:



“1. Elaborar um plano de gerenciamento integrado de resíduos sólidos pós-consumo que siga as orientações dos acordos setoriais (...). Tal plano também deve levar em conta a seguinte ordem de prioridade (...): não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos;

2. Desenvolver sistemas de gestão ambiental voltados para a melhoria dos processos produtivos, adotando tecnologias limpas e inovadoras;

3. Dar destino ambientalmente adequado aos resíduos sólidos gerados em nossas operações;

4. Promover, sempre que possível, a coleta seletiva também em projetos apoiados ou patrocinados por nossa empresa,” — por nossas empresas, no caso — “priorizando a inclusão de cooperativas de catadores de materiais recicláveis;

5. Estimular pesquisas sobre avaliação do ciclo de vida do produto;

6. Estimular a criação de (...) negócios inclusivos e sustentáveis” nas cadeias de produtos;

“7. Engajar-nos, juntamente com o governo, a sociedade civil e nossos setores de atuação, no esforço de implantação dos acordos setoriais e da PNRS.”

Esses eram compromissos que as empresas assumiam para si. Por outro lado, demandavam do Governo, nesse sentido, algumas ações, como:

“A revisão do ambiente fiscal e tributário, visando ampliar o mercado da reciclagem e da logística reversa;”

E aí a combinação de incentivos com restrições é algo que o grupo acha bastante importante. O incentivo pode contribuir para esse avanço, e as restrições também, por exemplo, um percentual de material reciclado nas embalagens, o que



foi dado aqui como exemplo. A gente combinar estímulos, incentivos, com restrições é algo que efetivamente pode avançar nessa agenda.

Ainda nas demandas para o Governo de uma maneira geral:

“A criação de mecanismos eficientes de fiscalização e autuação para garantir o cumprimento dos acordos setoriais (...);

Mais investimentos para a criação de aterros no país, de forma a viabilizar a meta de acabar com todos os lixões;

Priorização da criação e implantação do Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão de Resíduos Sólidos;

Incentivo ao aumento da coleta seletiva e da compostagem nos municípios brasileiros;

A ampliação dos programas de educação ambiental para toda a sociedade;”

E por fim:

“A criação de mecanismos para garantir e aumentar a participação das cooperativas de materiais recicláveis nos programas de coleta seletiva municipais”.

Eu acho que fica a questão, portanto, da importância da articulação — e sempre, num documento feito por empresas, coloca-se a necessidade da inclusão da cooperativa de catadores nesse sentido — e também do trabalho com as diferentes esferas de Governo. Eu acho que isso é emblemático, nessa visão de ações coletivas, para poder enfrentar um problema tão grave como esse.

Eu concluo da seguinte maneira, voltando ao início, digamos assim, da minha fala. Nós lá no Ethos achamos que estamos vivendo — e aí é uma questão mais política — uma grande oportunidade para o nosso País de maneira geral. Do ponto de vista das empresas, do ponto de vista dos trabalhadores, eu acho que, para toda a sociedade, seria muito interessante se essa oportunidade, se a liderança do Brasil nessa agenda do desenvolvimento sustentável pudesse ser traduzida como algo que simbolizasse uma questão: o produto brasileiro ser reconhecido como um produto



sustentável. Quer dizer, muitas empresas, muitos países vivem anos, décadas tentando descobrir a chave da sua colocação, qual é, digamos assim, a grande mensagem que podem transmitir de maneira geral.

Se nós pensamos nos produtos italianos, a Itália colou no seu país a ideia de *design*; o Japão colou nos seus produtos a ideia de qualidade; a Alemanha colou nos seus produtos a ideia de qualidade combinada com tecnologia. O Brasil tem uma grande oportunidade de ter nos seus produtos o reconhecimento de produtos sustentáveis. O “*Made in Brazil*” pode ser sustentável — o “*Made in Brazil*” é sustentável —, mas isso depende de uma articulação muito grande de agendas, de atores.

Nós estamos aqui num palco em que estamos discutindo efetivamente a questão de resíduos, que têm um papel chave nesse processo, mas eu acho que, quando nós estivermos discutindo resíduos, emissões, água, nós deveríamos ter algo que pudesse nos unir e apontar para uma diretriz que pode ser um grande avanço e uma grande oportunidade para o nosso País, que seria essa questão de os nossos produtos serem reconhecidos mundialmente como produtos sustentáveis.

Muito obrigado pela atenção. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Agradeço imensamente ao Jorge Abrahão, Presidente do Instituto Ethos, as suas contribuições.

Eu queria já passar às perguntas, que já foram encaminhadas. Antes, lembro mais uma vez que o Seminário está sendo transmitido ao vivo pela Internet e gravado pela *TV Câmara* e será exibido posteriormente na programação da emissora.

Eu vou passar a palavra ao Thiago, a quem foram endereçadas em grande medida as considerações aqui feitas, para que possa lê-las e, ao mesmo tempo, respondê-las.

O SR. THIAGO HECTOR KANASHIRO UEHARA - Para começar, são três questões aqui. De todas elas eu preferiria ouvir a resposta de vocês, mas vou tentar trazer alguma informação que tenho. Todas são bastante interessantes. Uma é ligada ao movimento da SAIC junto à Copa do Mundo, da Samara Silva; outra fala de limites do planeta, padrões de consumo dos mais ricos e daqueles que menos podem comprar — como lidar com isso é a pergunta de Dan Schneider —; e a outra



é sobre obsolescência programada, se tem como a gente mudar essa situação e se a mudança significaria ou não retrocesso no sistema econômico. É a questão de Jaciane Pereira.

Vou começar com essa sequência mesmo. Primeiro, a questão da SAIC na Copa do Mundo. Eu trabalho apenas no Departamento de Produção e Consumo Sustentáveis, posso responder por esse Departamento. No Departamento, trabalhamos junto ao PNUMA, em parceria com a Fundação Getulio Vargas, para realização de estudos de avaliação de ciclo de vida de alguns produtos e serviços que devem ser abundantemente consumidos durante esses grandes eventos, como água, serviços de limpeza, brindes promocionais, cartazes. Enfim, isso está sendo realizado tecnicamente pela Fundação Getulio Vargas. A gente deve entregar isso aos órgãos públicos e aos compradores privados para eles terem em mãos informações para poder fazer escolhas de compras com mais informações. Afora isso, há outras articulações, mas fora do escopo do departamento em que colaboro, de que não tenho informações para trazer aqui.

Essa pergunta eu vou ler. Ela é bem dura talvez. É a questão de Dan Schneider. *“Os limites do planeta já foram ultrapassados, isso significa que é necessário diminuir o consumo. Poucos consomem demais e muitos insuficientemente. Como diminuir o consumo daqueles que consomem demais e aumentar o consumo dos muitos que consomem insuficientemente, sem aprofundar ainda mais os limites planetários já ultrapassados?”*

É uma questão que, acho, poderia ir para toda a Mesa, para vários filósofos, gestores, administradores, mas há alguns pontos que eu posso trazer aqui. O primeiro, coisa que o Ministério do Meio Ambiente já faz, é promover a adoção de estilos de vida mais sustentáveis, o que implicaria, sim, redução de consumo, ainda que isso não seja expresso no Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis — PPCS.

Quando a gente fala de adoção de estilos de vida sustentáveis, a gente fala, por exemplo, de mudança de alguns símbolos já arraigados em nossa cultura, como símbolos de posse, símbolos de passeios em *shopping centers*, de sair cheio de sacolas; mudança desses símbolos, aos poucos, por símbolos do consumo, que pode ser consumir cultura e consumir lazer, que trazem menos impactos negativos



ao ambiente e trazem benefícios sociais e ambientais. É um pouco nessa linha, que depende, obviamente, de haver infraestrutura pública para isso.

Acredito que essa agenda de educação ambiental e de promoção de estilos de vida sustentáveis para todos, independentemente de quanto se ganha, pode ajudar nesse sentido.

A última pergunta, de Jaciane, eu achei muito interessante. Ela queria saber a opinião da Mesa, inclusive do Deputado Arnaldo Jordy, sobre o atual sistema capitalista, juntamente com a obsolescência programada. “*Seria possível mudar? Seria necessário um retrocesso do sistema econômico? Como mudar?*”

Retrocesso, não acredito. Por outro lado, acredito, sim, em uma evolução, e isso já é bastante discutido em *papers*. Há, sim, algumas indústrias já engajadas no conceito de economia circular, que é evoluir dessa questão de posse para um sistema de *servicizing*, em que não são vendidos os produtos, as máquinas. É uma furadeira que a gente usa 1 hora em toda a sua existência; é uma máquina de lavar; em vez de possuir, você alugaria isso.

Nesse sistema de contratação de serviços, eu não preciso ter uma máquina de lavar de última geração, eu preciso ter roupas limpas para poder usar futuramente. Nessa contratação de serviços, por exemplo, até uma indústria pode modificar o seu modelo de negócio. Em vez de apenas vender, ela pode passar a prestar esse tipo de serviço. Naturalmente, prestando serviços, ela pode reduzir a sua pegada de consumo energético, de consumo de recursos naturais.

Inclusive, há alguns exemplos de países que aplicam *labels* ou selos em produtos. É verdade que a gente precisa do engajamento das indústrias para acabar com essa história de obsolescência programada, mas também há a possibilidade de a gente aplicar selos em determinados produtos, que é o que a gente chama de *easy to repair* ou fácil de reparar. Então, seria um selo que diferenciaria um produto que não seria objeto da obsolescência programada. Você compraria aquele celular sabendo que pode fazer um *upgrade* dele num ano e noutro ano. Você compraria aquele equipamento sabendo que ele é de fácil reparação e não para ser substituído, com toda aquela pegada que há por trás.

Então, foram essas as minhas considerações gerais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Obrigado, Thiago.



Eu vou ler aqui duas perguntas e passar a palavra aos demais palestrantes, para as considerações que entendam necessárias e importantes.

A pergunta do Evaldo Araújo para o Jorge Abrahão do Instituto Ethos é: *“Diante da difícil sincronia entre a economia e a ecologia, como o Instituto Ethos consegue motivar as empresas a assumir compromissos e a cumpri-los?”* Essa é a pergunta do Evaldo.

A outra pergunta, do Ronaldo Alba, a todos da Mesa é: *“O que fazer para as empresas pararem com a obsolescência programada, o ato de colocarem vida útil aos seus componentes e produtos, forçando o consumidor a trocar seus aparelhos eletrônicos em períodos cada vez mais curtos, gerando cada vez mais resíduos?”* Essa é a pergunta do Ronaldo a todos os membros da Mesa.

Então, eu passo a palavra ao Jorge Abrahão e, em seguida, ao Dalberto.

O SR. JORGE ABRAHÃO - Eu gostaria, sim, de fazer uma abordagem que reúne essas questões, e vou pegar também a do Dan, que colocou a questão dos limites do planeta de maneira geral.

No ano passado, importantes cientistas trouxeram uma frase que eu acho que é muito emblemática para todos nós, para o momento que nós vivemos. Eles colocaram o seguinte: *“Nós desenvolvemos muito a habilidade de fazer e pouco a capacidade de compreender”*. “Nós”, no caso, é a humanidade

Nós estamos vivendo um momento em que nos deparamos com essas questões — a questão do Dan e a questão do Evaldo também trazem isso —, um momento em que a gente fala: *“Puxa vida! Como é que a gente faz essa transformação?”* Acho que a gente está num momento de compreender mesmo quais são os impactos dessas questões do fazer. A nossa sociedade, sobretudo no último século, ficou pensando em como fazer, em como avançar, sem pensar nos limites que nós temos; e as empresas dentro desse processo efetivamente, como alavancadoras dessas questões. Então, é um momento mesmo de compreender.

Mas a vida flui, o rio da vida vai fluindo. E nós, de alguma maneira... Como é que a gente combina essas atuações? É talvez simplificar demais, mas nós temos uma questão de longo prazo e uma de curto prazo. Na questão de longo prazo, a gente coloca a questão de valores, efetivamente. Nós necessitamos um novo olhar, uma valorização de outras questões. Isso faz parte de educação, faz parte de uma



nova lógica, faz parte da formação das lideranças. E nós ainda não temos isso dentro das nossas escolas, nem nas escolas de base nem nas escolas de negócios. As nossas lideranças ainda estão dentro de outra lógica. Então, a questão de valores eu acho que é uma disputa que nós todos temos que ter na nossa agenda, é algo que temos de estar trabalhando. Por outro lado, a gente tem que trabalhar o curto prazo. É aí que surgem essas ações de que estamos falando. Essas ações surgem para poder, de alguma forma, mitigar os impactos que estamos tendo.

Há algumas questões, mas eu queria dizer, para concluir, que há algumas expectativas importantes. Eu vou falar agora de empresas já dentro dessas questões. Nós temos de alterar a visão de curto prazo. As empresas trabalham com uma lógica de grandes resultados em poucos períodos e num prazo muito curto. Basicamente, essa é a lógica. Os CEOs são analisados por um período de curto prazo, eles estão envolvidos em dar resultados é neste período. Essa lógica precisa ser alterada.

Nós pensamos muito e tentamos trabalhar quando começamos a trabalhar indutores. Você trabalhar com agentes financeiros que possam dar crédito para empresas que tenham compromissos com outro tipo de agenda é algo que pode transformar. Você trabalhar com selos de administração de empresas é algo que pode contribuir nesse processo, para mudar a visão de curto prazo.

Há empresas que estão se propondo a isso. Eu vou dar alguns exemplos, sem também fazer juízo de valor, porque todas as empresas têm problemas. Nós dizemos lá no Ethos que nenhuma empresa é socialmente responsável, que as empresas estão em “processo de”. E o que a gente avalia é a real intenção que elas têm de transformação, de empenho, de mudança em seus processos, de envolvimento, com uma agenda para a sociedade. Há algumas empresas que avançam. A Unilever se propôs, como plano básico, a reduzir a metade das suas emissões até 2020 e crescer o dobro. Ela quer crescer o dobro do faturamento e emitir a metade do que emite. É um ponto. Alguns anos atrás, a Puma mediu as suas externalidades, o que ela consumia da natureza, e o lucro dela reduziu brutalmente, porque, quando ela trouxe para os seus custos o que ela consumia da natureza, o lucro dela virou ínfimo. Mas são provocações que colocam à frente esse processo.



A Natura no Brasil, e outras empresas, desenvolve ações relativamente às questões de suas relações com o ambiente, os seus impactos, o ciclo de vida, que são importantíssimas para poder avançar. Há empresas que estão construindo a visão de longo prazo — é isso que quero dizer —, não é a maioria. Mas nós temos que trabalhar, fazer uma combinação dessas questões.

O nosso desafio é: combinar o trabalho a longo prazo e os valores, e não esquecer essa agenda, e tentar no curto prazo ir mudando essa lógica e valorizando, de alguma forma, os processos, através dos indutores, como eu disse, dos consumidores, da mídia, dos agentes financeiros, de quem influencia, para que contribuam na aceleração da mudança das empresas de maneira geral.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Muito obrigado.

Antes de passar a palavra ao Sr. Dalberto, vou ler a pergunta do Paulo Roberto Leite. *“A relação entre consumo consciente e empresa, queria que você comentasse.”* *“Se entendi, 47% separam o lixo. Qual a relação com a coleta seletiva?”* É a pergunta, em consequência, que ele faz.

O SR. DALBERTO ADULIS - Bem, eu vou abordar primeiro essas questões específicas. Acho que são relativamente mais simples, pelo menos de responder, não de resolver. São os 47% que separam em casa pelo menos o lixo úmido do lixo seco. Isso não significa que ele esteja indo para a destinação correta. Eles dizem que sempre ou às vezes separam, na nossa pesquisa.

Sobre a relação entre consumo consciente e empresa, como o Jorge mencionou, existe um segmento de empresa, e eu acho que cada vez maior, incorporando a questão da sustentabilidade de forma central na sua estratégia de negócios. Essas empresas têm interesse em promover a conscientização do consumidor, porque aqueles que tiverem maior consciência dos impactos do consumo vão escolher os produtos menos danosos ao meio ambiente, que têm materiais recicláveis, que implicam menores emissões de CO₂, por exemplo. Então, a conscientização do consumidor leva à seleção dos produtos melhores. É um desafio das empresas que estão fazendo as coisas à frente. Se o consumidor não sabe, não percebe, como ele vai escolher o produto que é mais adequado? Como ele vai fazer a seleção correta do produto na hora do supermercado? É difícil essa



comunicação. Então, muitas empresas têm interesse em fomentar essa conscientização, o que é extremamente positivo.

Eu queria trazer aqui uma reflexão relacionada à questão do limite do planeta, à economia, que está no livro *Muito Além da Economia Verde*, do Prof. Ricardo Abramovay, da Faculdade de Economia da USP. Ele fala da necessidade de se reintegrar algo que historicamente desapareceu, foi desconectado, que é a economia com o meio ambiente — a economia ficou independente como se ela pudesse viver sem o meio ambiente; na verdade, a economia está dentro do meio ambiente — e a economia com a ética. E, quando a gente diz economia com a ética, aborda essa questão da distribuição de renda e de decidir, se os recursos são limitados, o que a gente vai produzir e para quem.

Então, ele propõe esse processo de aproximação. E, no caso do Ethos, quando o Jorge fala da questão dos valores, é isso; a gente está pensando em a ética fazer parte da formação e da ação das pessoas.

E essa transição, como ela se dá? Quando a gente fala de sustentabilidade, a gente pensa muito em natureza, mas há outro recurso não renovável que faz parte da sustentabilidade — eu acho o mais importante —, o tempo. A dimensão do desenvolvimento sustentável é pensar se será sustentável daqui a meia hora, daqui a 10 anos ou daqui a 100 anos.

Nós pensamos pouco sobre o nosso tempo. E, quando pensamos se a nossa vida é sustentável, temos que pensar de que forma usamos o nosso tempo. E, quando falamos de estilos de vida, e o brasileiro está entre os cidadãos do mundo que mais passam tempo em *shoppings centers*, comprando, comprando, comprando, esvaziando praças e ruas, estamos contribuindo para quê? Para que a violência de fato esteja nas ruas. Estamos contribuindo para um afastamento do convívio social, que é fundamental para a cidadania.

Então, a mudança do estilo de vida passa por encontrar outros espaços e outras formas de viver que não seja consumir, e de consumir o virtual, de compartilhar os produtos, de ter mais experiências e apenas o ato repentino e compulsivo, de buscar o saudável em vez do que faz mal. Há todo um conjunto de coisas que a gente pode ir atrás, que as pessoas vão indo atrás e que criam



oportunidades para as empresas que de fato têm esse interesse, porque percebem que essa é a tendência.

É claro que o curtíssimo prazo impera para os CEOs, mas, quando a gente vê a Unilever, uma grande empresa internacional, inserindo isso não só na sua estratégia, mas na remuneração dos executivos, o jogo muda.

Então, existe essa mudança em curso, e é nesses processos que temos que acreditar, para encontrar, sim, uma forma mais sustentável, para que seja viável o nosso planeta para os nossos filhos e netos; senão, não será.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Muito obrigado, Dr. Dalberto.

Eu vou passar a palavra ao Thiago, para que faça rapidamente algumas considerações, a fim de que possamos concluir a reunião. Encerraram-se as inscrições e as perguntas feitas pela plateia.

O SR. THIAGO HECTOR KANASHIRO UEHARA - Veio uma última questão aqui sobre as compras empresariais, e me deixou bastante animado com a percepção, com base em uma percepção ruim, de que os consumidores familiares continuam com práticas pouco sustentáveis em termos de consumo. Mas a gente tem, por outro lado, um grande movimento, tanto dos órgãos da administração pública quanto das grandes empresas, especialmente, para contratações sustentáveis.

Então, da parte do poder público, já há regulamentação para isso; da parte empresarial, está muito evidente para as empresas que, primeiro, teoricamente, a maneira primária de aumentarem lucro é basicamente trabalhando com precificação. A segunda maneira pela qual uma empresa pode aumentar o seu lucro, o mais fácil de mobilizar, é trabalhar com a revisão dos sistemas de gestão de suprimentos, gestão de compras. Então, elas sempre percebem isso como uma possibilidade de melhorar a *performance* de lucro. Ao revisar o sistema de gestão de compras, especialmente as grandes empresas já estão nessa linha de eficiência, já adotam a linha de produção de alguns produtos e serviços com mais sustentabilidade.

Enquanto instituição Ministério do Meio Ambiente, a gente acredita que, a partir desse exemplo dos órgãos públicos fazendo compras sustentáveis, das grandes empresas entrando no movimento de gestão de suprimentos sustentáveis,



as MPEs, as micro e pequenas empresas, e os cidadãos se espelhem nessas grandes organizações. Esperamos que, a partir daí, os 5% de consumidores conscientes que temos hoje se tornem 100% nesse horizonte de tempo expandido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Nós encerramos, portanto, as considerações. Eu fui provocado numa das perguntas, mas me sinto plenamente contemplado com o que foi dito aqui.

Queria agradecer imensamente, mais uma vez, aos palestrantes deste eixo inaugural do nosso Seminário, dizendo que, a partir de amanhã, todas as exposições, na íntegra, estarão à disposição dos interessados no Portal da Câmara, www.camara.leg.br, página da Comissão de Meio Ambiente, *link* Audiências Públicas. Nesse *link*, estará a integralidade dos debates aqui realizados, e assim sucessivamente em relação aos demais debates que estarão ocorrendo a partir das 14 horas de hoje. Agradeço a presença de todos.

Damos por encerrada esta parte do nosso Seminário.

Boa tarde e bom almoço a todos. Até mais tarde.